

## **RENAR MAÇAS S.A.**

### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015, 2014 E 2013**

**(Valores expressos em milhares de reais)**

#### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

Renar Maças S.A. (“Companhia”) foi constituída em novembro de 1962 e tem como atividades preponderantes o cultivo e a venda de maçãs, além da fruticultura. Atua, também, em outras atividades como o florestamento e reflorestamento, produção de mudas e sementes, apicultura, extrativismo vegetal de florestas nativas ou formadas, industrialização de frutas, comércio, exportação e importação de frutas, verduras e seus derivados, insumos e embalagens e a prestação de serviços nas áreas de classificação e armazenagem de produtos vegetais.

A Companhia obteve Registro de Capital Aberto sob o nº 01965-8, junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 28 de dezembro de 2004.

Em 2 de dezembro de 2009 a Renar Maças S.A. e a Pomifrai Fruticultura S.A. firmaram um Acordo de Incorporação, visando viabilizar a associação estratégica entre as Companhias, objetivando unificar suas operações mediante a incorporação das ações de emissão da Pomifrai Fruticultura S.A. pela Renar Maças S.A., nos termos do artigo 252 da Lei nº 6.404/76 (“Associação Estratégica”).

A assinatura do acordo de incorporação foi autorizada pelo conselho de administração da Renar Maças S.A., em reunião realizada em 2 de dezembro de 2009.

Em 28 de setembro de 2010 a Companhia realizou AGE, que conforme deliberação (iv) aprovou a incorporação de ações, convertendo a Pomifrai Fruticultura S.A. em subsidiária integral da Renar Maças S.A., nos termos do artigo 252 da lei nº 6.404/76, e conforme estabelecido no protocolo e justificação, no qual foi fixada uma relação de substituição de 1,5 (uma e meia) ação ordinária de emissão da Renar Maças S.A. para cada 1 (uma) ação de emissão da Pomifrai Fruticultura S.A. a ser incorporada (“Relação de Substituição”), totalizando uma emissão pela Companhia de 30.000.000 (trinta milhões) de novas ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal (“Novas Ações”).

Em 17 de janeiro de 2014, a Pomifrai Fruticultura S.A. incorporou 100% da Pomifrai Alimentos S.A. conforme Protocolo de intenções de incorporação firmado em 18 de novembro de 2013, Ata da AGE e 8ª alteração contratual da Pomifrai Alimentos S.A., todos os atos registrados junto a JUCESC em 17 de janeiro de 2014. Com isso a empresa Pomifrai Alimentos S.A. deixa de existir e todas as suas operações passaram a ser da Pomifrai Fruticultura S.A.

Em 8 de outubro de 2015, um novo grupo de acionistas assumiu o controle da Companhia, elegendo, nessa mesma data, novos conselheiros, mantendo no cargo apenas o membro independente do conselho. Em reunião realizada em 15 de outubro de 2015, o Conselho de Administração elegeu, por prazo temporário, novo Diretor Presidente. O novo Diretor financeiro assumiu o cargo em 21 de junho de 2015. A nova administração vem se dedicando no sentido de aperfeiçoar a área de controles internos, considerando o porte da Companhia e a baixa complexidade de suas operações. Nesse sentido, a nova administração atua para que o sistema de controles internos seja estruturado para assegurar a efetividade das operações da Companhia, de seus sistemas de informação e o cumprimento das normas aplicáveis.

A administração também está implementando ações que tem por objetivo a melhoria da atual situação financeira e econômica da Companhia, como por exemplo a adequação da estrutura da Companhia, valendo-se da sinergia gerada com a incorporação da Pomifrai Fruticultura S.A., reestruturação de diversos setores, em especial, a área agrícola com foco em redução de custos de produção de forma a obter maior margem de contribuição na safra de 2015/2016, implantação do orçamento setorial para o exercício de 2016, visando aumento de controle e a redução

dos gastos e reestruturação do perfil da dívida da Companhia, garantindo a fomentação (formação) da próxima safra, bem como o equilíbrio financeiro da Companhia.

Em 11 de dezembro de 2015, por meio da Ata da 62ª Assembleia Geral Extraordinária, a Administração aprova aumento do capital social da Companhia no Estatuto Social para R\$133.173.480,00 (cento e trinta e três milhões, cento e setenta e três mil, quatrocentos e oitenta reais), representado por 9.093.745 (nove milhões, noventa e três mil, setecentos e quarenta e cinco) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal.

## **2. CONTROLADA**

As demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis e as instruções normativas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, abrangendo as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada integral Pomifrai Fruticultura S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base, com adoção uniforme das práticas contábeis.

Foram eliminados os investimentos na proporção da participação detida pela investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das investidas e, os saldos ativos, passivos, receitas, despesas e resultados não realizados decorrentes de operações entre Companhia e Controlada.

## **3. BASE DE PREPARAÇÃO**

### **3.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE (COM RELAÇÃO ÀS NORMAS IFRS E ÀS NORMAS DO CPC)**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas Internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Essas práticas diferem das IFRS, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, onde para fins de IFRS os investimentos seriam avaliados pelo custo ou valor justo.

Cabe destacar que, não existem diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado no consolidado e o patrimônio líquido e resultado da controladora. Assim, as demonstrações financeiras consolidadas e as informações individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de informações.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

### **Aprovação das demonstrações financeiras**

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 23 de março de 2016.

#### **Reapresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014**

As informações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e os saldos iniciais de 1º de janeiro de 2014, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras daquele exercício, estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa (IAS 8) e Retificação de Erro e CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1), conforme demonstrado a seguir:

##### **Reclassificação de desconto comercial, indevidamente classificados nas rubricas de “Despesas financeiras”**

A Companhia revisou os registros realizados nas rubricas de despesas financeiras, e concluiu que foram indevidamente classificados nessas rubricas abatimentos referentes a desconto comercial, cuja correta classificação deveria ser na rubrica “Descontos e abatimentos sobre receitas”, antes do resultado operacional líquido na demonstração de resultado do exercício. Assim, os registros foram retificados nas demonstrações financeiras ora reapresentadas.

##### **Reclassificação de despesas de juros indevidamente classificadas como “despesas operacionais e administrativas”**

A Companhia revisou os registros realizados nas rubricas de despesas operacionais, e concluiu que foram indevidamente classificados nessas rubricas despesas de juros relativos a parcelamentos fiscais, cuja correta classificação deveria ser na rubrica “Despesas financeiras”, no resultado financeiro na demonstração de resultado do exercício. Assim, os registros foram retificados nas demonstrações financeiras ora reapresentadas.

##### **Provisão para perdas com glosas de créditos tributários de PIS e Cofins**

A Companhia auferir créditos tributários de PIS e Cofins em suas operações, e utiliza esses créditos no abatimento das obrigações tributárias a pagar. Entretanto, historicamente, parte desses créditos são glosados pelos órgãos reguladores competentes. As informações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (balanço patrimonial e resultado do exercício), originalmente apresentados, não continham provisão para perdas referentes a essas glosas. Assim, foram constituídas as devidas provisões nas demonstrações financeiras ora reapresentadas.

##### **Baixa de contas a receber sem perspectiva de realização**

Em 31 de dezembro de 2014, a controlada Pomifrai Fruticultura S.A. mantinha registrado na rubrica “Outras contas a receber” saldos que não possuíam perspectiva de realização no valor de R\$105 no ativo circulante e R\$22 no ativo não circulante. Assim, os registros foram provisionados nas demonstrações financeiras ora reapresentadas.

##### **Provisão para perdas de ativo contingente**

Em 31 de dezembro de 2014, a controlada Pomifrai Fruticultura S.A. mantinha registrado na rubrica “Outras contas a receber” o valor de R\$90, referentes a contingências ativas. Embora a expectativa de ganho sustentada pelos assessores jurídicos seja classificada como “provável êxito”, referidos ativos não atendem a todos os requisitos do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Assim, os registros foram provisionados nas demonstrações financeiras ora reapresentadas.

#### Provisão para depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2014, a controlada Pomifrai Fruticultura S.A. mantinha registrado na rubrica “Depósitos judiciais” o valor de R\$63, referente a discussão judicial de ICMS, não provisionados no passivo circulante “Provisão para contingências”. Adicionalmente, a controlada mantinha na mesma rubrica do ativo “Depósitos judiciais” o valor de R\$ 929, referente a discussão sobre a contribuição Funrural, e provisão no passivo circulante “Provisão para contingências” no valor de R\$803, ou seja, passivo registrado a menor no valor de R\$126. Embora a expectativa de ganho sustentada pelos assessores jurídicos seja de “provável êxito”, de acordo com as premissas do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, referidos ativos devem ter as provisões correspondentes no passivo. Assim, os registros foram provisionados nas demonstrações financeiras ora reapresentadas.

#### Provisão para perdas de créditos tributários sem perspectiva de realização

Em 31 de dezembro de 2014, a controlada Pomifrai Fruticultura S.A. mantinha registrado na rubrica “Impostos a recuperar” o valor de R\$421, referentes a créditos tributários de IPI presumido, não compensado por ser discutido judicialmente. Embora a expectativa de ganho sustentada pelos assessores jurídicos seja de “provável êxito”, referido ativo não atende a todos os requisitos do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Assim, os registros foram provisionados nas demonstrações financeiras ora reapresentadas.

#### Ajuste a valor de realização de contas a receber

Em 31 de dezembro de 2014, a controlada Pomifrai Fruticultura S.A. mantinha registrado na rubrica “Alienações de bens do imobilizado” contas a receber referente a venda de terreno no qual foi concedido desconto ao cliente no valor de R\$586, tendo em vista a existência de incorreções na metragem inicial do terreno atribuída a negociação com terceiro. Assim, a Companhia registrou referido desconto no saldo a receber nas demonstrações financeiras ora reapresentadas.

Os efeitos da aplicação do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa (IAS 8) e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1), estão demonstrados a seguir:

31/12/2014 (Consolidado)			
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<b>Ativo circulante</b>			
Tributos a Recuperar	1.434	(612)	822
Alienação de Bens do Imobilizado	28.242	(586)	27.656
Outras Contas a Receber	344	(105)	239
	<b>30.020</b>	<b>(1.303)</b>	<b>28.717</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Tributos a Recuperar	6.263	(1.642)	4.621
Outras Contas a Receber	152	(113)	39
	<b>6.415</b>	<b>(1.755)</b>	<b>4.660</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
Obrigações Tributárias	1.624	126	1.750
Provisão para Contingências	386	63	449
Prejuízos acumulados	(103.456)	(3.247)	(106.703)
	<b>(101.446)</b>	<b>(3.058)</b>	<b>(104.504)</b>
<b>Resultado</b>			
Devoluções e abatimentos	(510)	(2.550)	(3.060)
Despesas comerciais e de distribuição	(3.502)	1.064	(2.438)
Despesas financeiras	(11.513)	1.486	(10.027)
	<b>(15.525)</b>	<b>-</b>	<b>(15.525)</b>

  

01/01/2014 (Consolidado)			
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
<b>Ativo circulante</b>			
Clientes	2.536	(127)	2.409
Tributos a recuperar	2.580	(2.254)	326
	<b>5.116</b>	<b>(2.381)</b>	<b>2.735</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Alienação de bens do imobilizado	5.611	(586)	5.025
Outras Contas a Receber	155	(91)	64
	<b>5.766</b>	<b>(677)</b>	<b>5.089</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
Obrigações Tributárias	7.692	126	7.818
Provisão para Contingências	520	63	583
Prejuízos acumulados	(95.990)	(3.247)	(99.237)
	<b>(87.778)</b>	<b>(3.058)</b>	<b>(90.836)</b>

## 3.2 BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

### 3.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 3.4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas do IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre as incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: clientes, tributos a recuperar, imobilizado, provisão para contingências, provisão para preço mínimo de ações e provisão para contingências.

## 4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela empresa investida da Companhia.

### 4.1 BASE DE CONSOLIDAÇÃO

#### Controlada

A Companhia controla uma investida quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data que o controle inicia até a data que o controle é perdido.

As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as demonstrações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras da controlada na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

#### Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre Controladora e Controlada são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com empresa investida registrada por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

## 4.2 APURAÇÕES DO RESULTADO

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas e despesas financeiras.

## 4.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### a. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e sua controlada reconhecem a baixa de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e sua controlada nos ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, as empresas detenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada classificam os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

### Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado.

Ativos financeiros classificados como mantidos para negociação são ativamente gerenciados para atender às necessidades de liquidez da Companhia e de sua controlada.

### Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalente de caixa (exceto aplicações financeiras que são classificadas pelo valor justo por meio do resultado), clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de arrendamentos e aluguéis.

#### Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

#### b. Passivos Financeiros não derivativos

A Companhia e sua controlada reconhecem seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e sua controlada se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e sua controlada baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

A Companhia e sua controlada têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, e outras obrigações.

#### c. Capital social

As ações ordinárias da Companhia são classificadas como patrimônio líquido.

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributáveis.

O estatuto social estabelece que, aos acionistas serão assegurados dividendos mínimos de 30% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202, da Lei nº 6.404/76. A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio será feita na forma da Lei nº 9.249/95.

#### d. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e sua controlada não possuem instrumentos financeiros derivativos nem instrumentos de hedge accounting.

### 4.4 CONTAS A RECEBER

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos), e ajustadas por provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída em montante considerado suficiente pela administração, para fazer face a eventuais perdas na realização.



#### 4.5 ESTOQUES

Os estoques de mercadorias e materiais de consumo, incluindo a safra de maçãs próprias em formação, estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção, e não excedem aos respectivos valores líquidos de realização. Sob este aspecto, anteriormente todo o montante apurado de custos era agregado ao estoque e baixado/calculado conforme sua venda mensal, tanto o valor apurado no pomar (formação da fruta) quanto ao valor agregado no *Packing House* (armazenagem, classificação e embalagem).

#### 4.6 IMOBILIZADO

O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de reavaliação de exercícios anteriores, incluindo os bens adquiridos por arrendamento mercantil, deduzido da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

As depreciações são calculadas pelo método linear, em função da expectativa de vida útil econômica dos bens.

A Companhia optou por manter os saldos existentes da reavaliação, os quais serão realizados de acordo com a depreciação ou baixas dos bens reavaliados. Em função da reavaliação ocorrida em 29 de dezembro de 2006, novas taxas de depreciação foram atribuídas aos pomares, edificações urbanas e rurais, considerando o tempo de vida útil econômica remanescente a partir de janeiro de 2007. Especificamente, aos pomares, foram aplicadas taxas anuais de depreciação diferenciadas, considerado o período de vida útil produtiva de cada pomar.

A reavaliação ocorrida em 2006 também contemplou ativos não depreciáveis, como terrenos. Na época não foram contabilizados os correspondentes tributos, em atendimento à prática contábil vigente naquele momento (Lei 6.404/76). Contudo, em 2010, para atender a Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial do Ativo Imobilizado, a administração efetuou registro contábil a débito de conta retificadora da reserva de reavaliação e a crédito de provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos no passivo não circulante.

Em virtude dos ativos da Companhia serem constituídos, principalmente, de imóveis e implementos rurais, foi contratada a empresa Rosfil Cadastramento e Gerenciamento Patrimonial Ltda. qualificada para desenvolver os trabalhos visando atender os CPC – 01 e 27. Em relação ao Pronunciamento CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos, foram aplicados os procedimentos, e não foi constatado a necessidade do registro de ajustes, uma vez que o valor de uma possível alienação de ativo imobilizado, ultrapassa o valor contabilizado (saldo residual). O Pronunciamento CPC 27 – Ativo Imobilizado, o qual determina que o método de depreciação utilizado pela Companhia deve refletir o modelo de previsão de consumo (vida útil) dos benefícios econômicos do ativo, foi atendido.

Em junho de 2014 a Companhia contratou os serviços da empresa Ferrari Organização e Avaliações Patrimoniais Ltda. com a finalidade de atender a Lei 11.638/07 – CPC 27 e CPC 04 quanto a estimativa de vida útil e determinação da taxa de depreciação contábil, para os ativos imobilizados, exceto biológicos. Foram aplicados os procedimentos e não foi constatada a necessidade de ajustes.

Em dezembro de 2015 a Companhia contratou os serviços da empresa especializada Actual Inteligência para avaliação de seus ativos imobilizados a valor de venda, conforme descrito na nota explicativa nº 14.

Na controlada os bens patrimoniais estão registrados ao custo de aquisição ou construção, complementado com o acréscimo de custo atribuído a determinadas classes de imobilizado, devidamente suportado por laudo de avaliação patrimonial elaborado por empresa especializada e as depreciações são calculadas pelo método linear, em função da expectativa de vida útil econômica dos bens.

#### 4.7 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (*IMPAIRMENT*)

##### a. Ativos financeiros

Um ativo financeiro é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia e suas controladas sob as condições que a Companhia e suas controladas não considerariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

##### b. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, com exceção do estoque e do imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Em 31 de dezembro de 2015 a Administração não identificou a necessidade do registro de provisão para desvalorização do imobilizado, assim como dos bens registrados na rubrica “Propriedade para investimento”.

#### 4.8 INTANGÍVEL

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e sua controlada e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

#### 4.9 OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Outros ativos são reconhecidos nos balanços somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

#### 4.10 AJUSTES A VALOR PRESENTE DE ATIVOS E PASSIVOS

Os ativos e passivos de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado e, somente, registrado se considerado relevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado considerando os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa a administração concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às informações anuais tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

#### 4.11 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e a atualização monetária de juros sobre obrigações tributárias/sociais, e de dívidas junto aos credores (recuperação extrajudicial). Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

#### 4.12 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE LUCRO

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, considerando a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias e créditos tributários entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de elaboração das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

#### 4.13 LUCROS OU PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo é efetuado segundo a equação “lucro líquido/prejuízo/quantidade de ações em circulação” no encerramento de cada exercício.

#### 4.14 CONVERSÃO DE AÇÕES

Na AGE 59ª de 1º de outubro de 2014, aprovado, por unanimidade dos acionistas presentes, a proposta apresentada pelo Conselho de Administração para grupamento de ações da Companhia, à razão de 20 para 1, nos termos do artigo 12 da Lei das S.A., bem como que as frações de ações detidas por acionistas da Companhia, como resultado do grupamento, sejam complementadas por frações de ações a serem doadas direta ou indiretamente pelo acionista controlador da Companhia, a EFC Participações S.A., de forma que cada acionista da Companhia recebeu a fração necessária para garantir a propriedade do próximo número inteiro de ações após a aplicação do fator de grupamento.

Na ocasião, a Companhia possuía 151.875.000 ações ordinárias emitidas e em circulação antes do grupamento. Após a conclusão do grupamento das ações ordinárias aprovada na AGE, ficou 7.593.750 ações ordinárias emitidas e em circulação.

#### 4.15 AUMENTO DE CAPITAL (em reais)

Aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 24 de abril de 2015, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no valor de no mínimo R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) e no máximo R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), mediante emissão para subscrição privada de no mínimo 900.000 (novecentas mil) e no máximo 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) novas ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal ao preço de emissão de R\$ 4,00 (quatro reais) por ação, fixado nos termos do artigo 170, §1º, inciso III, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Foi homologado parcialmente, em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 23 de junho de 2015, o Aumento de Capital no valor de R\$5.999.980,00 (cinco milhões novecentos e noventa e nove mil, novecentos e oitenta reais), mediante emissão de 1.499.995 (um milhão quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e cinco) de um total de 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) novas ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 4,00 (quatro reais) por ação. Em decorrência ao Aumento de Capital parcialmente homologado, o capital social da Companhia passou de R\$127.173.500,00 (cento e vinte e sete milhões cento e setenta e três mil e quinhentos reais), representado por 7.593.750 (sete milhões quinhentos e noventa e três mil, setecentas e cinquenta) ações ordinárias para R\$133.173.480,00 (cento e trinta e três milhões, cento e setenta e três mil, quatrocentos e oitenta reais) representado por 9.093.745 (nove milhões, noventa e três mil, setecentas e quarenta e cinco) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

A homologação é parcial tendo em vista que a reunião do Conselho de Administração que aprovou o Aumento de Capital dispôs que este seria de no mínimo R\$3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) e no máximo R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), mediante emissão, para subscrição privada de no mínimo 900.000 (novecentas mil) e no máximo 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) novas ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 4,00 (quatro reais) por ação.

A administração da Companhia irá propor à Assembleia Geral de acionistas a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de forma a refletir o novo capital social da Companhia.

#### 4.16 NOVAS INTERPRETAÇÕES NÃO ADOTADAS

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pela IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão divulgados abaixo. A Companhia e sua controlada pretendem adotar esses pronunciamentos, quando aplicáveis, quando se tornarem vigentes.

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros;
- Entidades de Investimentos (Revisões de IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27);
- IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Revisão da IAS 32;
- IFRIC 21 - Tributos;
- IAS 39 - Renovação de Derivativos Continuação de Contabilidade de Hedge – Revisão.
- IAS 19 – Benefícios a empregados
- IAS 27 – Demonstrações separadas

A Administração entende que a adoção desses pronunciamentos não trará impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada.

#### 4.17 DEMONSTRAÇÕES DE VALOR ADICIONADO

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

#### 4.18 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Um segmento operacional é um componente da Companhia e suas controladas que desenvolve atividades de negócio das quais é possível obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do Grupo.

Atualmente a Companhia e sua controlada operam em um único segmento que é o cultivo e a venda de maçãs.

### 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Caixa	10	9	15	14
Banco conta movimento	90	76	294	107
Aplicações financeiras	-	-	5	5
	<b>100</b>	<b>85</b>	<b>314</b>	<b>126</b>

A aplicação financeira, registrada na controlada, no Banco do Brasil S.A é remunerada a taxa do CDI (90%).

## 6. CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Duplicatas a receber	2.902	6.432	4.756	8.477
Duplicatas descontadas - Bancos	(225)	(1.372)	(656)	(2.014)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.235)	(2.831)	(2.659)	(4.193)
	<u>1.442</u>	<u>2.229</u>	<u>1.441</u>	<u>2.270</u>

A composição dos saldos a receber de clientes por idade de vencimento está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
A vencer	1.421	2.896	1.851	3.526
Vencidas				
Até 30 dias	178	636	178	691
31 a 60 dias	59	9	59	9
61 a 90 dias	9	48	9	48
91 a 180 dias	33	4	33	5
a mais de 180 dias	1.202	2.839	2.626	4.198
	<u>2.902</u>	<u>6.432</u>	<u>4.756</u>	<u>8.477</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Saldo inicial	(2.831)	(2.831)	(4.193)	(4.231)
Adições	(119)	-	(181)	-
Recuperações	1.715	-	1.715	38
	<u>(1.235)</u>	<u>(2.831)</u>	<u>(2.659)</u>	<u>(4.193)</u>

A provisão para devedores duvidosos é a melhor estimativa que a Companhia possui e seu montante é considerado pela Administração suficiente para cobrir eventuais perdas com clientes. As contas a receber são baixadas contra a provisão para devedores duvidosos após todos os meios de cobrança terem se esgotado e a possibilidade de recuperação dos valores a receber ser considerada remota.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia revisou a expectativa de recebimento de seus títulos em aberto, e alterou seu critério de provisão para devedores duvidosos, passando a considerar como “possível perda” os títulos vencidos acima de 90 dias.

## 7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Produtos em formação (safra da maçã)	12.624	10.965	12.624	10.965
Material consumo e reposição	1.497	2.304	2.078	2.872
Outros	278	-	278	22
Polpa congelada	88	-	89	294
Maçãs próprias	16	275	16	275
	<u>14.503</u>	<u>13.544</u>	<u>15.085</u>	<u>14.428</u>

Os estoques de mercadorias e materiais de consumo, incluindo a safra de maçãs próprias em formação, estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, formação ou produção. A apuração do CPV mensal tem como premissa básica considerar que nos primeiros seis meses do ano toda a fruta industrial (na sua maioria vendida diretamente do pomar para a indústria), passa a receber somente o custo de pomar (custo agrícola) por ser uma fruta de descarte, não contendo nenhum valor de armazenagem, classificação e embalagem agregado em seu custo. Assim, nos últimos seis meses do ano a Fruta Industrial é acrescida do custo de armazenagem e classificação, do Packing House.

Para as frutas de categoria comercial, além do custo Pomar (agrícola), são acrescidos os custos apurados no Packing House (armazenagem, classificação e embalagem da fruta), que são atribuídos mensalmente ao custo da fruta classificada e embalada, vendida, ou seja, CPV – Custo de Produto Vendido.

Conforme se previa, os dados da conclusão da safra 2014 e 2015 apontam para uma leve redução na quantidade total colhida pelos produtores brasileiros, de 1,7 milhões de toneladas referentes aos anos de 2013 e 2014, para 1,6 milhões referentes aos anos de 2014 e 2015 (segundo dados CEPEA/USP-ABPM). A finalização da colheita da Companhia apontou para dados em linha com os de mercado, queda na produção total devido a bianualidade inerente aos pomares de maçã.

Assim, a Administração entende que o comportamento do mercado de maçãs em 2015 deve estar em linha com o histórico, apresentando preços inferiores no primeiro semestre, e patamares melhores no segundo semestre.

## 8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Circulante				
Cofins	-	-	1.153	574
IRPJ	133	47	222	136
PIS	-	-	200	63
CSLL	47	133	86	171
IRRF sobre aplicação financeira	15	15	56	57
Contribuição social sobre lucro	3	-	15	12
(-) Provisão de glosas	-	-	(406)	(191)
	<u>198</u>	<u>195</u>	<u>1.326</u>	<u>822</u>
Não Circulante				
Cofins	3.702	4.550	3.702	4.550
Pis	929	924	929	924
Icms	433	775	433	789
(-) Provisão de glosas	<u>(1.389)</u>	<u>(1.837)</u>	<u>(2.715)</u>	<u>(2.464)</u>
	<u>3.675</u>	<u>4.607</u>	<u>3.675</u>	<u>4.621</u>

Os montantes de PIS e de COFINS a compensar são decorrentes de créditos pela compra de insumos, acumulados em razão da isenção destes tributos nas atividades da Companhia. Amparada no artigo 16, inciso II da Lei nº 11.116/05, a Companhia realiza compensações junto à Secretaria da Receita Federal, e constitui provisão para perdas correspondente a 30% dos créditos em processo de homologação, tendo como base a média histórica de glosas ocorridas no deferimento desses créditos.

## 9. ADIANTAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Adiantamento a fornecedores	2.558	653	4.364	874
Adiantamento de férias	26	86	26	87
Adiantamento de viagens	8	14	8	14
Adiantamento a funcionários	-	3	-	7
Provisão para perdas	<u>(570)</u>	<u>(570)</u>	<u>(570)</u>	<u>(570)</u>
	<u>2.022</u>	<u>186</u>	<u>3.828</u>	<u>412</u>

Os

adiantamentos a fornecedores correspondem, em grande parte, aos valores adiantados a produtores rurais com os quais a Companhia possui contratos para a preparação da safra. Os adiantamentos estão garantidos pelo recebimento das frutas por meio de cédulas de produto rural (CPR).

## 10. ALIENAÇÃO DE BENS DO IMOBILIZADO



Os valores a receber são provenientes de vendas a prazo de bens imóveis e terrenos rurais, e encontram-se atualizados em conformidade com seus indexadores. Estes valores já se encontram vencidos, e os recebimentos dos saldos em aberto estão atrelados a lavratura das escrituras, que ainda dependem da finalização do georreferenciamento das áreas.

A abertura dos valores a receber está demonstrada a seguir:

### **Controladora**

<b>Renar Maçãs S/A</b>		<b>Vencimento</b>	<b>Valor Original da</b>	<b>Saldo</b>
<b>Terreno ou Imóveis</b>	<b>Forma de recebimento</b>	<b>Final</b>	<b>Venda</b>	<b>2015</b>
Área de 2.304.100,00 m2	Equivalente a 115 mil sacos de milho de 60 kg.	31/12/2015	2.600	183
Área de 4.141.398,84 m2	Entrega de embalagens(caixas de papelão) fornecidas de acordo com o " Contrato de Fornecimento" de 15.03.11.	31/12/2015	6.400	3.195
Área de 4.183.669,38 m2	2.900 mil pgto divida Banco Safra, Bradesco, Basf S.A. 1.100mil pgto divida Banco Safra 1.100mil pgto divida Banco Safra 1.100mil pgto divida Banco Safra 1.100mil pgto divida Banco Safra	31/12/2014	7.300	1.800
Área de 4.183.669,38 m2	1.000 milhão reais na assinatura do contrato 500 mil reais em 20/dez/2014 1.000 milhão reais em 20/jan/2015 500 mil reais em 20/fev/2015 2.000 milhões reais em 20/mai/2015 3.500 mil reais mediante assunção divida junto ao Banco Bradesco	31/12/2015	8.500	3.349
			<b>24.800</b>	<b>8.527</b>

Em 11 de setembro de 2015 a Companhia celebrou um distrato da venda de terreno realizada em novembro de 2014 para a Empresa Pomagri Frutas Ltda. Na ocasião da venda, o valor registrado no ativo imobilizado foi de R\$2.788, enquanto o valor da venda registrada na rubrica “alienações de bens a receber” foi de R\$5.560, sendo auferido um ganho na venda de ativo imobilizado no valor de R\$2.772. Com isso, foi realizado o estorno contábil dessa operação, sendo que o referido terreno foi novamente registrado na rubrica “Propriedade para investimento” pelo seu valor contábil à época, uma vez que pertencia à antiga sede da Companhia. Maiores detalhes sobre a rubrica “propriedade para investimento” estão contidos na nota explicativa nº13.

### **Controlada**

<b>Pomifrai Fruticultura Terreno ou Imóveis</b>	<b>Forma de recebimento</b>	<b>Vencimento Final</b>	<b>Valor Original Venda</b>	<b>Saldo 2015</b>
Área de 1.359.251,00 m2	300 mil através de transferência bancária 200 mil reais crédito COOCAM 450 mil reais entrega floresta de pinus e 950 mil reais financiamento BRDE	31/12/2014	1.900	146
Área de 1.200.203,70 m2	800 mil através de transferência bancária	31/12/2014	2.420	816
Área de 544.590,93 m2	420 mil reais entrega floresta de pinus e 1.200 mil reais financiamento BRDE			
Área de 600.101,85 m2	1.020 mil reais quando da outorga da escritura pública do imóvel livre e desembaraçado de qualquer ônus.	31/12/2014	1.020	1.020
Área de 600.101,85 m2	170 mil reais, na data da assinatura do contrato. 170 mil reais, 30 dias da assinatura do contrato. 170 mil reais, 60 dias da assinatura do contrato. 170 mil reais, 90 dias da assinatura do contrato. 170 mil reais, 120 dias da assinatura do contrato. 170 mil reais, 150 dias da assinatura do contrato.	31/12/2014	1.020	510
Área de 1.234.200,00 m2	2.322 mil através de transferência bancária	31/12/2014	12.772	538
Área de 1.234.200,00 m2	1.197 mil reais crédito COOCAM			
Área de 1.234.200,00 m2	2.339 mil reais condicionado a anuência do interveniente anuente			
Área de 3.785.538,00 m2	6.914 mil reais financiamento BRDE			
Área de 347.764,49 m2				
Área de 253.716,23 m2				
Área de 1.125.721,00 m2				
Área de 2.172.652,00 m2	5.900 mil pgto dívida Banco Safra, Bradesco	20/09/2014	20.700	1.900
Área de 5.749.119,18 m2	3.700 mil pgto dívida Banco Safra			
Área de 50.368,41 m2	3.700 mil pgto dívida Banco Safra			
Área de 803.129,21 m2	3.700 mil pgto dívida Banco Safra			
Área de 96.800,00 m2	3.700 mil pgto dívida Banco Safra			
Área de 131.000,00 m2				
Área de 119.500,00 m2				
Área de 522.954,00 m2				
Área de 2.172.652,00 m2	3.000 mil na assinatura da escritura definitiva	31/12/2015	6.000	3.000
Área de 50.368,41 m2				
Área de 803.129,21 m2				
Área de 96.800,00 m2				
Área de 119.500,00 m2				
Área de 522.954,00 m2				
Área de 1.190.000,00 m2	1 mil reais mediante transferência bancária 16/jul/14 800 mil reais mediante transferência bancária 30/mai/15 600 mil reais mediante transferência bancária 30/mai/16	31/12/2015	2.400	800
Área de 967.770,00 m2	800 mil reais mediante transferência bancária 01/jul/14	31/12/2015	2.100	800
(-) Desconto de medições				(586)
			<b>50.332</b>	<b>8.944</b>

## **Consolidado**

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Circulante	5.640	16.494	14.584	27.656
Não Circulante	2.887	2.888	2.887	3.395
	<u>8.527</u>	<u>19.382</u>	<u>17.471</u>	<u>31.051</u>

## 11 DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Funrural	-	-	929	929
Depósitos judiciais - CVM	292	133	292	133
Depósito Judicial Badesc	132	119	132	119
Celesc/Demanda	-	-	63	63
Depósitos para demandas trabalhistas	5	5	5	5
Depósitos para demandas tributárias	-	2	-	2
	<u>429</u>	<u>259</u>	<u>1.421</u>	<u>1.251</u>

### Contribuição social rural

Amparada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia discute judicialmente a contribuição previdenciária incidente sobre a comercialização de sua produção rural, considerando a inconstitucionalidade do artigo 22-A da Lei 8.212/91, com as modificações da Lei 10.256/2001.

Em resumo, a Companhia discute o direito de inexistência de contribuição previdenciária sobre salários e demais remunerações pagas aos seus empregados a título de salário-doença, aviso prévio indenizado, do terço sobre férias, auxílio maternidade e horas extras.

De acordo com posicionamento dos assessores jurídicos, a chance de êxito da Companhia nessa demanda é “possível”. A Companhia mantém provisão integral deste montante na rubrica “provisão de contingências” no passivo não circulante.

### Depósitos judiciais - CVM

Referem-se a bloqueios judiciais de multas da CVM que estão sendo discutidos pela Companhia.

### Depósito judicial BADESC

Refere-se a depósito caução relativo ao contrato da cédula Rural Hipotecaria nº 910380-00 originalmente depositado no montante de R\$ 119. Este valor corresponde aos juros projetados até o final do contrato, visto que o valor principal está garantido pelo PESA (título público do governo) ao final do contrato.

O valor caucionado será remunerado pelos mesmos índices aplicáveis a cédula de crédito aditada, logo, presumindo-se suficiente para a liquidação de todas as parcelas vincendas. As parcelas vincendas serão quitadas, na data do respectivo vencimento com recursos provenientes do valor caucionado.

## **12 INVESTIMENTOS**

O saldo de R\$26.915 (R\$37.802 em 2014) registrado na “controladora” se refere à participação de 100% no capital da controlada Pomifrai Fruticultura S.A. Em atendimento ao CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto, a Companhia avalia este investimento pelo método de equivalência patrimonial.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia reconheceu um resultado negativo de equivalência patrimonial no montante de R\$10.888 (R\$3.289 em 2014).

## **13 PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO**

Refere-se ao valor contábil do terreno, instalações e benfeitorias do imóvel situado na Rua Nereu Ramos, nº 219 – Centro, Fraiburgo – SC, no valor de R\$ 17.541. Pelo fato da Companhia não estar utilizando esse imóvel em suas atividades operacionais, e conforme decisão da administração, referido imóvel (que atualmente está dado em garantia no Empréstimo junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE) será disponibilizado para venda.

Em atendimento ao pronunciamento contábil CPC 28 – Propriedade para Investimentos, a Companhia procedeu a avaliação contábil deste imóvel, e verificou que em 31 de dezembro de 2015 o valor contábil não excedia o valor justo (valor de mercado) do mesmo, não sendo necessário, portanto, constituição de provisão para *impairment*.

## **14 IMOBILIZADO**

Em dezembro de 2015 a Companhia contratou os serviços da empresa especializada Actual Inteligência para avaliação de seus ativos imobilizados a valor de venda. Com base nesta avaliação, não houve necessidade de constituição de provisão para Impairment nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 27 e Interpretação Técnica

ICPC 10, pois não foram identificados eventos ou mudanças em circunstâncias que indiquem que o valor contábil de tais ativos possa não ser recuperável por venda em circunstâncias normais de mercado.

### **Controladora**

	<b>Saldo</b>	<b>Adições</b>	<b>Transferências</b>	<b>Baixas</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Residual</b>
	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2015</b>	<b>2015</b>	<b>2015</b>	<b>2015</b>
<b>Imobilizado Próprio em Operação</b>	<b>11.478</b>	<b>222</b>	-	<b>(4.587)</b>	<b>(1.047)</b>	<b>6.066</b>
Edificações	5.116	-	-	(4.542)	(135)	439
Benfeitorias	433	44	-	-	(59)	418
Culturas Permanentes	3.948	-	-	-	(491)	3.457
Maquinas e Equipamentos	1.533	80	-	(1)	(165)	1.447
Câmaras Frigoríficas	211	-	-	(44)	(165)	2
Veículos e Tratores	157	78	-	-	(16)	219
Móveis e Utensílios	80	20	-	-	(16)	84
<b>Benfeitorias em Imóveis de Terceiros</b>	<b>28</b>	-	-	-	<b>(2)</b>	<b>26</b>
Vestiário/Banheiros Vacaria	28	-	-	-	(2)	26
<b>Imobilizações em andamento</b>	-	<b>30</b>	-	<b>(1)</b>	-	<b>29</b>
Benfeitorias	-	30	-	(1)	-	29
<b>Reavaliações</b>	<b>11.544</b>	-	-	<b>(10.165)</b>	<b>(239)</b>	<b>1.140</b>
Terrenos	3.551	-	-	(3.178)	-	373
Edificações e Benfeitorias	7.764	-	-	(6.987)	(209)	568
Culturas Permanentes	229	-	-	-	(30)	199
	<b>23.050</b>	<b>252</b>	-	<b>(14.753)</b>	<b>(1.288)</b>	<b>7.261</b>

### **Consolidado**

	Saldo	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	Residual
	2014	2015	2015	2015	2015	2015
<b>Imobilizado Próprio em Operação</b>	<b>27.426</b>	<b>409</b>	-	<b>(4.645)</b>	<b>(2.831)</b>	<b>20.359</b>
Terrenos	64	-	-	-	-	64
Edificações	12.807	-	-	<b>(4.542)</b>	(494)	7.771
Benfeitorias	454	210	-	-	(74)	590
Culturas Permanentes	8.200	-	-	(58)	(1.267)	6.875
Maquinas e Equipamentos	5.160	101	-	<b>(1)</b>	(754)	4.506
Câmaras Frigoríficas	211	-	-	<b>(44)</b>	(165)	2
Veículos e Tratores	372	78	-	-	(46)	404
Móveis e Utensílios	158	20	-	-	(31)	147
<b>Benfeitorias em Imóveis de Terceiros</b>	<b>28</b>	<b>79</b>	-	<b>(50)</b>	<b>(1)</b>	<b>56</b>
Vestibário/Banheiros Vacaria	28	79	-	(50)	(1)	56
<b>Imobilizações em andamento</b>	<b>207</b>	-	-	<b>(1)</b>	-	<b>206</b>
Benfeitorias	93	-	-	<b>(1)</b>	-	92
Florestas em formação	114	-	-	-	-	114
<b>Reavaliações</b>	<b>11.544</b>	-	-	<b>(10.165)</b>	<b>(239)</b>	<b>1.140</b>
Terrenos	3.551	-	-	<b>(3.178)</b>	-	373
Edificações e Benfeitorias	7.764	-	-	<b>(6.987)</b>	(209)	568
Culturas Permanentes	229	-	-	-	(30)	199
<b>Ajuste Patrimonial</b>	<b>21.376</b>	-	-	-	<b>(1.640)</b>	<b>19.736</b>
Terrenos	568	-	-	-	-	568
Edificações	2.030	-	-	-	(109)	1.921
Benfeitorias	1	-	-	-	-	1
Maquinas e Equipamentos	6.286	-	-	-	(811)	5.475
Câmaras Frigoríficas	11.544	-	-	-	(565)	10.979
Veículos e Tratores	920	-	-	-	(150)	770
Móveis e Utensílios	27	-	-	-	(5)	22
	<b>60.581</b>	<b>488</b>	-	<b>(14.861)</b>	<b>(4.711)</b>	<b>41.497</b>

Plano de

#### desmobilização de ativos

Foi aprovado, por deliberação do Conselho de Administração em reunião ocorrida em 13 de novembro de 2012, plano de desmobilização e alienação de bens do ativo imobilizado – em especial, imóveis e terrenos rurais de titularidade da Companhia. Na ocasião, autorizou-se a Diretoria, mediante a assinatura de dois diretores, a conduzir negociação e venda para interessados na aquisição dos imóveis objeto das matrículas: 592, 1156, 1157, 1542, 1570, 1696, 2208, 7262.

Em nova deliberação tomada em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 24 de outubro de 2013, foi aprovado novo plano de desmobilização e alienação de bens do ativo imobilizado, autorizando-se a Diretoria, mediante a assinatura de dois diretores, a conduzir negociação e venda para interessados na aquisição do imóvel objeto da matrícula 5.588.

#### Plano de desmobilização de ativos (continuação)

Em outras reuniões do Conselho de Administração, foi aprovada a alienação pontual de outros ativos imobiliários da Companhia.

A alienação de tais bens teve por finalidade a redução do passivo da companhia e foi refletida nas demonstrações financeiras que se seguiram à aprovação dos planos de desmobilização e alienação de ativos.

## 15 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Obrigações de parceria rural - Pomifrai	3.998	881	-	-
Fornecedores matriz	2.595	1.293	7.672	5.111
Fornecedores - empréstimos de mercadorias	750	750	761	761
Provisão para juros sobre títulos em atraso	186	-	359	358
Outros fornecedores	3	1	2	2
	<u>7.532</u>	<u>2.925</u>	<u>8.794</u>	<u>6.232</u>

Os saldos desta rubrica se referem aos fornecedores de insumos necessários à fomentação da próxima safra, bem como fornecedores de embalagens e demais materiais necessários para as operações da Companhia e de sua Controlada.

Os prazos médios obtidos junto a nossos principais fornecedores são: embalagens - 45 dias, manutenção e outros - 30 dias, e para a grande maioria dos contratos de prestação de serviços - 30 dias.

### Pareceria rural com a controlada

Em janeiro de 2011 a Companhia (na condição de Parceria Produtora) firmou Contrato Particular de Parceria Rural e de Cessão de Estabelecimentos Rurais e de Fundo de Comércio, com sua Controlada Pomifrai Fruticultura S.A (na condição de Parceira Proprietária), visando estabelecer parceria agrícola objetivando a produção, o transporte interno, a armazenagem a frio, a classificação e a embalagem das maçãs produzidas nos imóveis objeto do contrato de parceria rural. Referido contrato teve seu vencimento em junho de 2014, tendo sido renovado em outubro de 2015, pela nova Administração.

## 16 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos foram atualizados com base nas taxas dos respectivos contratos, e possuem as seguintes principais características e valores:

### Controladora

<b>Renar Maçãs S/A</b> <b>Instituições Financeiras</b>	<b>Garantias</b>	<b>Taxa Anual</b> <b>Contrato</b>	<b>Vencimento</b> <b>Final</b>	<b>Saldo</b> <b>2015</b>	<b>Saldo</b> <b>2014</b>
Bancos Comerciais/GIRO - NBC Banck	NP / A val	14,74%	jun/14	280	336
Bancos Comerciais/GIRO - BRR	Titulos	3,5% a.m.	-	6	-
Bancos Comerciais/GIRO - OPINIÃO S/A	Cheques	-	-	2.000	-
Bancos Comerciais/GIRO - Brasil	Titulos	3,5% a.m.	-	79	-
BRDE/Renegociação	Imoveis	8,53%	nov/21	16.649	16.904
BRADESCO - FINAME VEÍCULO	Alienação de Bens	1,12%	ago/18		
BRADESCO - CDC VEÍCULOS	Alienação de Bens	22,42%	-	117	25
B. DAYCOVAL S/A	Alienação de Bens	0,5 a.m + CDI	fev/16	1.999	-
B. DAYCOVAL S/A	Duplicatas	0,5 a.m + CDI	set/16	407	-
Outros	Imóveis	1,20% a 22,52	Até out/25	748	673
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>				<b>22.285</b>	<b>17.938</b>
<b>Parcela no Circulante</b>				<b>22.047</b>	<b>5.760</b>
<b>Parcela no Não Circulante</b>				<b>238</b>	<b>12.178</b>

Em 31 de dezembro de 2015, o montante não circulante na Controladora tem a seguinte composição por ano de vencimento:

<b>Ano</b>	<b>Em Milhares de reais</b>
Após 2017	22.047

### **Controlada**

<b>Pomifrai Fruticultura S/A</b> <b>Instituições Financeiras</b>	<b>Garantias</b>	<b>Taxa Anual</b> <b>Contrato</b>	<b>Vencimento</b> <b>Final</b>	<b>Saldo</b> <b>2015</b>	<b>Saldo</b> <b>2014</b>
PESA - BESC S/A	Imóveis	3,26%	out/22	200	72
PESA - BADESC S/A	Imóveis	2,08%	ago/18	23	11
PESA - BRADESCO S/A	Imóveis	4,58%	ago/18	78	187
BRDE - SC - REPARCELAMENTO	Imóveis	8,61%	nov/21	30.721	28.044
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>				<b>31.022</b>	<b>28.314</b>
<b>Parcela no Circulante</b>				<b>31.022</b>	<b>5.688</b>
<b>Parcela no Não Circulante</b>				<b>-</b>	<b>22.626</b>

Em garantia dos empréstimos e financiamentos foram oferecidos terrenos, pomares e edificações, exceto para os financiamentos de equipamentos e tratores, cujas garantias são os próprios bens adquiridos.



<b>Total de Empréstimos e Financiamentos Consolidado</b>	<b>Saldo 2015</b>	<b>Saldo 2014</b>
Parcela no Circulante	53.069	11.448
Parcela no Não Circulante	238	34.804
	<u>53.307</u>	<u>46.252</u>

#### Capital de giro

São contratos de financiamento para reforço do capital de giro da Companhia e de sua controlada

#### Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)

São contratos de linhas de crédito para exportações futuras, com vencimento no curto prazo.

#### Investimento e expansão

Financiamentos de longo prazo junto a bancos de fomento ou outras instituições financeiras para investimento na safra de produção, sendo todos com vencimentos acima de um ano.

#### Empréstimos securitizados - PESA

Com o objetivo de renegociar dívidas originárias de crédito rural e equalizar os respectivos encargos financeiros à realidade econômico-financeira, foi aprovada em novembro de 1995 a Lei nº 9.138, posteriormente regulamentada pela Resolução nº 2.471 do Banco Central de 26 de fevereiro de 1998, as quais juntas estabeleceram as diretrizes do Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA.

No programa foi condicionada à aquisição, pelos devedores, por intermédio da instituição financeira credora, de Certificados do Tesouro Nacional - CTN, com valor de face equivalente ao da dívida a ser renegociada, os quais foram entregues ao credor em garantia do principal.

Com base na Resolução nº 2.471/98 do Banco Central do Brasil, a Companhia securitizou dívidas junto às instituições financeiras por meio da aquisição de Certificados do Tesouro Nacional - CTN cedidos em caráter irrevogável e irretratável para as Instituições Financeiras credoras como garantia de moeda de pagamento do valor do principal da dívida.

Os referidos certificados não são comercializáveis e destinam-se exclusivamente à liquidação desta dívida. O saldo devedor referente ao valor principal da dívida é corrigido de acordo com o IGP-M até o vencimento final da renegociação, também em 20 anos, quando será integralmente quitado mediante o resgate dos CTNs oferecidos em garantia.

Tendo em vista que os CTNs terão o mesmo valor de face do saldo devedor na data de vencimento, a Companhia entende que não haverá a necessidade de qualquer desembolso adicional de caixa para a liquidação da dívida relativa ao PESA e seu registro foi efetuado como redução do principal da dívida, ambos ajustados a valor presente.

O desembolso da controladora durante os 20 anos de vigência da securitização limita-se ao pagamento anual de montantes equivalentes à aplicação de percentuais variáveis entre 3% e 5% ao ano sobre o valor securitizado,

atualizado monetariamente pelo IGP-M divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro índice que venha a substituí-lo. Esta obrigação foi registrada nas demonstrações financeiras de acordo com o valor destes desembolsos futuros ajustados a valor presente.

A Companhia optou por não registrar as referidas obrigações com o PESA, no passivo circulante e não circulante, que somam em 31 de dezembro de 2015 o valor principal de R\$86.138 no consolidado. Na mesma data, os Certificados do Tesouro Nacional ("CTN"), também não registrados no ativo circulante e não circulante, estão avaliados em R\$60.891. Assim, o "descasamento" entre o saldo devedor e o valor atualizada das CTNs em 31 de dezembro de 2015 representava o montante de R\$23.751, conforme demonstrado a seguir:

Contratos	Empresa	Vcto Final	Mês amort	Valor atualizado até 31/12/2015				
				Juros		Saldo		Dif. CTN x saldo devedor
				Amortz.	Devedor	Saldo	CTN	
BRDE 2.11633018	Renar Maças S/A	01/04/2020	Junho	194	-	8.643	6.131	(2.512)
BESC S/A-CONTRCRPH-91	Renar Maças S/A	01/06/2022	Julho	(494)	-	7.284	4.453	(2.831)
BRADERCO 2000/80001	Renar Maças S/A	01/06/2020	Julho	420	-	6.260	4.177	(2.083)
B.BRASIL 95/000181-6	Renar Maças S/A	01/06/2019	Julho	86	-	4.948	4.122	(826)
BRDE 211054018	Renar Maças S/A	01/10/2018	Abril/Outubro	107	198	4.897	4.065	(832)
BADESC 910380677	Renar Maças S/A	01/08/2018	Julho	11	-	938	787	(151)
BRDE 10771 Finame	Renar Maças S/A	01/01/2020	Janeiro/Julho	2	-	90	66	(24)
BRDE 10378 Finame	Renar Maças S/A	01/01/2020	Janeiro/Julho	2	-	90	66	(24)
BRADERCO 98/80001	Pomifrai Fruticultura S/A	01/08/2018	Julho	920	-	16.417	13.201	(3.216)
BRDE 7691	Pomifrai Fruticultura S/A	01/01/2020	Janeiro/Julho	1.141	-	14.894	10.996	(3.898)
B.BRASIL 549700242	Pomifrai Fruticultura S/A	01/10/2022	Outubro	308	813	8.847	5.435	(3.412)
BRDE 10989 / 10315-01	Pomifrai Fruticultura S/A	01/07/2022	Julho	490	-	6.499	3.827	(2.672)
BRDE 10988 / 10315-02	Pomifrai Fruticultura S/A	01/07/2022	Julho	331	-	4.463	2.623	(1.840)
BADESC 930841-00-0	Pomifrai Fruticultura S/A	01/08/2018	Julho	23	-	1.120	942	(178)
JUROS PESA DIVERSOS	Renar Maças S/A	N/A	N/A	748		748		748
				<b>4.289</b>	<b>1.011</b>	<b>86.138</b>	<b>60.891</b>	<b>(23.751)</b>

Por fim, a Companhia estima que em 31 de dezembro de 2015, os juros futuros a pagar atrelados aos financiamentos de PESA, ajustados a valor presente, equivalem aos montantes de R\$2.556 na Controladora e R\$5.761 no Consolidado.

#### Renegociação de passivos

A Companhia vem desenvolvendo diversas tratativas com as instituições financeiras com o objetivo de alongar o perfil da dívida e garantir adequada capacidade de pagamento.

Essas tratativas vêm sendo desenvolvidas ao longo dos últimos meses, com êxito, já demonstrado no quadro acima, o que proporcionou à Companhia uma alteração significativa no perfil da dívida.

Com o resultado destas negociações, a Companhia conclui sua reestruturação financeira e está apta a priorizar esforços para acelerar o crescimento e retomar a rentabilidade historicamente apresentada.

### Assunção parcial da dívida

Em 11 de junho de 2014, a Companhia concretizou a negociação de Cédula de Crédito Bancário referente à assunção parcial de dívidas de responsabilidade da Renar Maçãs S.A. e de sua Controlada Pomifrai Fruticultura S.A., referente aos contratos 23.522 e 23.523 respectivamente. Em 30 de novembro de 2014, a Companhia concretizou também a negociação de Cédula de Crédito Bancário referente à assunção parcial de dívidas de responsabilidade da controlada Pomifrai Fruticultura S.A., referente ao contrato 24.125 junto ao BRDE.

Essas medidas resultaram em uma redução do total do endividamento junto ao nosso principal credor (BRDE), tendo efeito imediato no resultado, pela redução das atualizações mensais sobre os contratos de financiamentos.

Cabe ressaltar que, nos contratos pactuados, existem cláusulas de vencimento antecipado da dívida em situações excepcionais e também a obrigação de honrar as prestações de quaisquer relações mantidas com o BRDE. Além disso, esses contratos possuem garantias hipotecárias e fiduciárias que recaem sobre imóveis da companhia, os quais não podem ser gravados ou alienados até o vencimento de tais contratos.

Embora atualmente a Companhia não esteja adimplente com as parcelas pactuadas, estão sendo retomadas as negociações com o BRDE para equacionamento das dívidas da Companhia em condições que se adequem ao seu fluxo de caixa.

## **17 PARTES RELACIONADAS**

Os principais saldos de Ativos e Passivos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício relativos às operações com Partes Relacionadas decorrem de transações com a Companhia e sua Controlada, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e condições específicas, considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

### Controladora

	Passivo		Compra	
	2015	2014	2015	2014
Pomifrai Fruticultura S.A. (a)	-		-	
Renar Maçãs S.A. (b)	22.453	29.875	-	-
Edgar Rafael Safdié (c)	6.937	-	6.937	-
	<u>29.390</u>	<u>29.875</u>	<u>6.937</u>	<u>-</u>

#### a. Compra

Conforme mencionado na nota explicativa nº15 a Companhia (na condição de Parceria Produtora) firmou Contrato Particular de Parceria Rural e de Cessão de Estabelecimentos Rurais e de Fundo de Comércio, com sua Controlada Pomifrai Fruticultura S.A (na condição de Parceira Proprietária), visando estabelecer parceria agrícola objetivando a produção, o transporte interno, a armazenagem a frio, a classificação e a embalagem das maçãs produzidas nos

imóveis objeto do contrato de parceria rural. Referido contrato teve seu vencimento em junho de 2014, não sendo formalmente renovado entre as partes desde então. A Pomifrai Fruticultura S.A adquire de sua Controladora Renar Maças S.A. maçãs destinadas à industrialização (polpa e maçã desidratada).

Referidos valores são segregados das receitas consolidadas para efeito de apuração do resultado operacional da Companhia.

b. Conta corrente

A Companhia realiza operações com a Controlada Pomifrai Fruticultura S.A. com a finalidade de viabilizar suas operações.

Nessas operações, não há cobrança de encargos financeiros sobre o saldo, bem como, não foi firmado prazo para liquidação dessas obrigações.

c. Mutuo

Refere-se a contrato de mutuo celebrado com pessoa relacionada, conforme quadro acima, com cobrança de juros equivalente a 100% (cem por cento) do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

## 18 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos oriundos do curso normal das operações, os quais envolvem questões trabalhistas e civis.

	Passivo		Compra	
	2015	2014	2015	2014
Contingências trabalhistas	625	167	639	212
Contingências cíveis	628	150	653	175
Contingências tributárias	-	-	61	61
	<u>1.253</u>	<u>317</u>	<u>1.353</u>	<u>448</u>

### 18.1 Contingências trabalhistas

As provisões para contingências foram constituídas para fazer face a perdas consideradas como prováveis em processos administrativos e judiciais, por valor julgado suficiente pela administração, segundo a avaliação dos assessores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2015, a controladora é parte em 54 ações trabalhistas (03 ações prováveis, 45 possíveis e 06 remotas), acrescida de 02 ações trabalhista na controlada (02 possíveis), cujas obrigações estimadas apresentaram a seguinte movimentação:

<b>Contingências Trabalhistas</b>	<b>Controladora</b>	<b>Condolidado</b>
<b>Saldo em 2014</b>	<b>(167)</b>	<b>(211)</b>
Constituição	(585)	(595)
Reversões	127	167
<b>Saldo em 2015</b>	<b>(625)</b>	<b>(639)</b>

As Ações trabalhistas demandam pedidos de horas extras, horas em in itinere, adicionais de insalubridade, periculosidade.

Conforme a opinião dos consultores jurídicos consta reclamações trabalhistas, da controladora e da controlada nos montantes de R\$ 625 e R\$ 14, respectivamente, cujas perdas são consideradas como possíveis, dos quais provisionamos 50% dos valores de causa (R\$ 608 da Controladora e R\$ 14 da Controlada), e provisionado 100% dos valores prováveis, sendo R\$ 17 na controladora.

## **18.2 Contingências cíveis**

<b>Contingências Cíveis</b>	<b>Controladora</b>	<b>Condolidado</b>
<b>Saldo em 2014</b>	<b>(150)</b>	<b>(175)</b>
Constituição	(478)	(478)
Reversões	-	-
<b>Saldo em 2015</b>	<b>(628)</b>	<b>(653)</b>

Em 31 de dezembro de 2015, a controladora é parte em 36 ações cíveis, sendo que em 15 ações figura como autora (10 remotas, 5 possíveis), e 21 ações como réu (9 remotas, 12 possíveis), acrescida de 9 ações cíveis na controlada, sendo 6 ações que figura como autora (2 remotas e 4 prováveis) e 3 ações como réu (2 remota e 1 possível).

Conforme a opinião dos consultores jurídicos consta, ações judiciais da controladora como autora o montante de R\$ 623 cujo ganho é considerado possível, e R\$ 5 como ganho provável. Na Controlada temos o montante de R\$ 91 cujo ganho é considerado provável.

## **18.3 Contingências tributárias**

A Companhia discute diversas ações tributárias nas quais figura como “polo ativo”. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possui provisão no montante de R\$61 no consolidado, referente a contrapartida de depósito judicial para uma discussão de ICMS.

## **18.4 Provisão para garantia de preço mínimo de ações**

### Garanta de Preço Mínimo (em reais)

A relação de troca das ações de emissão de Pomifrai por novas ações estabelecidas na Clausula I do Acordo de Incorporação foi estabelecida considerando-se em preço mínimo estimado da totalidade das ações de emissão da Pomifrai no valor total de R\$ 30.000.000,00, ou R\$ 1,00 por ação de emissão da Pomifrai.

Desta forma, caso ao final do prazo de 3 anos, contados da data de aprovação de incorporação pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia – em relação às Novas Ações, com exceção das Ações Vinculadas -, qualquer dos Controladores Pomifrai tenha, de boa-fé, alienado Novas Ações (menos as Ações Vinculadas) por este recebido quando de Implantação da Incorporação, e/ou 5 anos contados da data de Aprovação da Incorporação pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia – em relação às Ações Vinculadas -, e o preço bruto médio de venda por Nova Ação alienada por tal controlador Pomifrai, em qualquer dos períodos, tenha sido inferior a R\$ 1,00, a Companhia pagará a tal controlador Pomifrai o valor equivalente, à diferença entre o preço bruto médio por Nova Ação alienada para este período em questão, e R\$ 1,00. Multiplicado pelo número de Novas Ações alienadas por tal Controlador Pomifrai no período em questão.

Os pagamentos do Preço Garantido eventualmente devido a qualquer dos Controladores Pomifrai, nos termos da cláusula XI do Acordo de Incorporação, deverão ser efetuados pela Companhia em relação às Novas Ações (com exceção das Ações Vinculadas), após o 3º aniversário da data de aprovação de Incorporação pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, em relação às Ações Vinculadas após o 5º aniversário da data de aprovação de Incorporação pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

Com base no termo de incorporação, a cláusula décima primeira, estabelece uma garantia de preço mínimo aos acionistas de R\$ 1,00 (um real) por ação, para 18.000.000 (dezoito milhões) de ações por um prazo de 3 (três) anos contados da data de aprovação da Incorporação pela AGE. Com base no preço bruto médio por nova ação alienada no período em questão, a eventual diferença será paga ao final de 03 (três) anos, no prazo de 60 (sessenta) dias após o comunicado de intenção da venda dos antigos controladores da Pomifrai Fruticultura S/A, observado o cronograma previsto na cláusula décima: no máximo 6.000.000 (seis milhões) de ações por ano, sendo no máximo 800.000 (oitocentas mil) ações por mês e no máximo 50.000 (cinquenta mil) ações por dia, ou seja, as vendas não são cumulativas.

O encerramento do prazo de comercialização destas ações, conforme previa o acordo de incorporação, ocorreu em 2013. A Companhia constatou que houve quebra da regra prevista quanto ao limite de vendas, anual, mensal e diário por parte de um dos controladores Pomifrai, de acordo com a Cláusula Décima Primeira, item 11.1.3 “A Companhia estará automaticamente desobrigada a pagar o Preço Garantido devido a um Controlador Pomifrai caso: (i) tal Controlador Pomifrai descumpra, a qualquer tempo, o cronograma de negociações estabelecido na Cláusula Décima”.

Em junho de 2014, foi realizado o pagamento parcial para os acionistas controladores da Pomifrai que respeitaram o acordo de incorporação, sendo assim, foi quitado com a entrega de dois terrenos de propriedade da Companhia (em agosto de 2014) o montante de R\$ 269. O restante da dívida no valor de R\$ 383, será quitada em 13 parcelas mensais a partir de junho de 2016.

Como prevê o acordo de incorporação aprovado pela AGE, a Companhia provisionou valores da diferença entre o preço mínimo garantido e o valor bruto médio de alienação das Ações Vinculadas que estão sendo negociadas pelos Controladores Pomifrai, conforme demonstrativo abaixo.

<b>Provisão Garantia Preço Mínimo Ações</b>	<b>Ações Sujeitas ao Preço Mínimo</b>	<b>Ações Vendidas</b>	<b>Valor Provisionado</b>
Posição em Dezembro/2014	<b>172.603</b>	<b>121.399</b>	<b>1.766</b>
Ações Negociadas 1T2015	22.578	22.578	372
Ações Negociadas 2T2015	27.889	27.889	450
Ações Negociadas 3T2015	23.653	23.653	564
Ações Negociadas 4T2015	-	-	-
Posição em Dezembro/2015	<b>122.136</b>	<b>116.088</b>	<b>3.152</b>

A Companhia instaurou formalmente “pedido de instauração de arbitragem”, contra os antigos administradores da Pomifrai, questionando os procedimentos adotados na incorporação das ações da Pomifrai pela Renar, aprovado em 2010. O referido pedido questiona a regra que impunha a Renar a obrigatoriedade de garantir cotação mínima no valor de R\$ 1,00 (um real) para cada uma das ações que foram entregues aos então acionistas da Pomifrai em virtude da operação de incorporação.

Tendo em vista que, durante os períodos de garantia, o preço médio de venda de ações da Renar detidas por ex-acionistas da Pomifrai foi inferior à cotação mínima garantida, alguns desses então acionistas cobraram ou vêm cobrando o pagamento da respectiva diferença.

Com base no pedido de instauração de arbitragem a Companhia deixou de provisionar os valores e passou a discutir os valores judicialmente. O valor de R\$3.152, provisionado pela Companhia em 31 de dezembro de 2015, corresponde ao valor contido na notificação extrajudicial enviada pelos antigos controladores da Pomifrai.

## 19 PARCELAMENTOS DE TRIBUTOS

	<b>Controladora</b>				<b>Consolidado</b>			
	<b>Curto Prazo</b>		<b>Longo Prazo</b>		<b>Curto Prazo</b>		<b>Longo Prazo</b>	
	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
INSS	2.007	1.916	2.352	3.642	2.047	2.038	2.406	3.670
ICMS	49	46	379	411	49	46	379	411
IRRF	-	-	-	-	13	28	-	12
IRPJ/CSLL	-	-	-	-	97	91	774	758
<b>Total</b>	<b>2.056</b>	<b>1.962</b>	<b>2.731</b>	<b>4.053</b>	<b>2.206</b>	<b>2.203</b>	<b>3.559</b>	<b>4.851</b>

A Companhia formalizou junto à Receita Federal o parcelamento de tributos, totalizando R\$ 4.787, sendo R\$ 2.056 mil no curto prazo e R\$ 2.731 no longo prazo. No consolidado temos o valor total de R\$ 5.765 mil de tributos parcelados, sendo R\$ 2.206 no curto prazo e R\$ 3.559 no longo prazo.

## 20 TRIBUTOS DIFERIDOS

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Imposto de Renda Diferido	2.584	2.636	7.030	7.418
Imposto de Renda Diferido	939	958	2.539	2.680
	<u>3.523</u>	<u>3.594</u>	<u>9.569</u>	<u>10.098</u>

Os valores de R\$9.569 e R\$3.523 (R\$10.098 e R\$3.594 em 2014), Consolidado e Controladora, respectivamente, são compostos por impostos diferidos registrados sobre a reserva de reavaliação realizada em 30 de setembro de 2015, conforme descrito na nota explicativa nº 14.

O saldo registrado na conta de tributos diferidos será realizado com base na alienação ou depreciação dos bens mantidos no ativo imobilizado.

## 21 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 21.1 Capital social

Em 23 de junho de 2015 foi concluído o aumento de capital aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizado em 24 de abril de 2015 ("Aumento de Capital"), passando o capital social da Companhia para R\$133.173, representado por 9.093.745 (nove milhões, noventa e três mil, setecentas e quarenta e cinco) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, já totalmente integralizado.

### 20.2 Reserva de reavaliação

Em 2006, a Companhia reavaliou o total de seus terrenos urbanos, áreas rurais, benfeitorias urbanas, benfeitorias rurais, pomares de maçãs e reflorestamentos de pinus. Estas reavaliações foram registradas com base em laudo de avaliação, preparado por empresa especializada por seus valores de mercado na data da reavaliação, conforme artigo 8º da Lei nº. 6.404/76. O registro da avaliação foi aprovado em assembleia geral extraordinária de 29 de dezembro de 2006.

O resultado desta reavaliação está a seguir demonstrado (valores em milhares de reais):



Descrição	Valor Reavaliado	Valor líquido contábil	Aumento
Terrenos Urbanos	4.147	1.046	3.101
Áreas Rurais	24.312	8.223	16.089
Benfeitorias Urbanas	15.169	5.541	9.628
Benfeitorias Rurais	3.948	960	2.988
Pomares de Maçãs	9.490	9.863	(373)
Reflorestamentos de Pinus	274	214	60
	<b>57.340</b>	<b>25.847</b>	<b>31.493</b>

O aumento do valor dos bens decorrente das reavaliações foi acrescido aos saldos do imobilizado e da reserva de reavaliação integrante do patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram registrados no passivo não circulante com contra partida na rubrica reserva de reavaliação pelo valor de R\$4.159 em dezembro de 2006. O valor reavaliado das benfeitorias urbanas e rurais, pomares de maçãs e reflorestamentos de pinus passou a ser depreciado, amortizado e exaurido com base na sua vida útil econômica remanescente estimada, conforme as taxas de depreciação, amortização e exaustão indicadas na nota explicativa nº 14.

### 20.3 Reserva de lucros

Conforme estabelece a legislação societária no Brasil, a reserva legal é constituída a partir do lucro líquido do exercício, aplicando-se o percentual de 5% antes de qualquer outra destinação, e não excederá a 20% do capital social.

### 20.4 Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social estabelece que, aos acionistas serão assegurados dividendos mínimos de 30% do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202, da Lei nº 6.404/76. A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio será feita na forma da Lei nº 9.249/95.

Em 2015 não houve provisão/distribuição de dividendos, uma vez que, a Companhia apresentou prejuízo no exercício.

## 22 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia é tributada com base no lucro real anual. Em 2015 não foi constituída provisão para o imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social pelo fato de ter havido prejuízo fiscal no exercício.

Considerando o histórico de resultados tributários negativos, bem como os incentivos fiscais na tributação sobre o resultado existente, para a atividade de produção rural, a Administração optou por não constituir tributos diferidos sobre diferenças temporárias (adições/exclusões temporárias) e sobre o prejuízo fiscal, uma vez que não conseguiria demonstrar o prazo no qual o ativo seria realizado.

## 23 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Despesas Financeiras	(5.779)	(4.991)	(10.664)	(10.027)
Juros e Despesas sobre Endividamento	(4.354)	(3.267)	(8.842)	(7.245)
Variações Monetárias Passivas	(26)	(83)	(28)	(88)
Variações Cambiais Passivas	-	(23)	(3)	(23)
Outros	(1.399)	(1.618)	(1.791)	(2.671)
Receitas Financeiras	125	237	157	302
Variações Monetárias Ativas	73	105	73	105
Variações Cambiais Ativas	-	64	-	64
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1	15	1	16
Outras	51	53	83	117
	<u>(5.654)</u>	<u>(4.754)</u>	<u>(10.507)</u>	<u>(9.725)</u>

## 24 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Ganho na venda de imobilizado (a)	-	2.772	-	2.772
Reversão de ganho na venda de imobilizado (a)	(2.772)	-	(2.772)	-
Outras provisões de perdas	(1.442)	-	(1.598)	-
Outras receitas (despesas)	-	1.958	-	2.661
	<u>(4.214)</u>	<u>4.730</u>	<u>(4.370)</u>	<u>5.433</u>

- a. Conforme comentado na nota explicativa nº10, em 11 de setembro de 2015 a Companhia celebrou um distrato da venda de terreno realizada em novembro de 2014 para a Empresa Pomagri Frutas Ltda. Na ocasião da venda, o valor registrado no ativo imobilizado foi de R\$2.788, enquanto o valor da venda registrada na rubrica “alienações de bens a receber” foi de R\$5.560, sendo auferido um ganho na venda de ativo imobilizado no valor de R\$2.772. Com isso, foi realizado o estorno contábil dessa operação, sendo que o referido terre no foi novamente registrado na rubrica “ativo imobilizado” pelo seu valor contábil à época.

## 25 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia monitora, continuamente, seus riscos de mercado relacionados com variação cambial, oscilação nas taxas de juros, volatilidade nos preços das frutas no mercado nacional e internacional e os riscos de crédito,

inerentes aos seus negócios. Esse monitoramento é acompanhado pela Administração e pelo Conselho de Administração. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a atividade preponderante da Companhia é o cultivo e a venda de maçãs, no país e no exterior, acarretando os seguintes principais fatores de risco:

#### **24.1 RISCO CAMBIAL**

A Companhia registrou exportações no passado, cujos destinos foram Europa e Ásia, expondo assim suas operações ao risco da variação cambial da receita. Para mitigar esse risco a Companhia efetua empréstimos vinculados a moeda estrangeira (ACC – Adiantamento de Contrato de Câmbio e ACE – Adiantamento de Contrato de Exportação), cuja quitação, registrada no Banco Central, é feita diretamente por esses recebíveis em moeda estrangeira.

Outra forma utilizada pela Companhia para minimizar esses riscos é a contratação de instrumentos financeiros derivativos (NDFs). Em 2015 a Companhia não possuía contratos dessa natureza em aberto.

#### **24.2 RISCO DE CRÉDITO**

As vendas a prazo para clientes na Europa e Ásia estão vinculadas à análise de crédito dos clientes, e acompanham os prazos de financiamento do segmento de maçãs, incluindo, em caso de novos clientes, a exigência de pagamento parcial antecipado, para cobertura de despesas, em caso de desistência do negócio.

Os adiantamentos a fornecedores destinados a preparação da safra são garantidos por cédulas de produto rural (CPR), que garantem recebimento das frutas, objeto do adiantamento efetuado.

#### **24.3 RISCOS DE TAXA DE JUROS**

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para proteção dos riscos de variações nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos, apresentados na nota explicativa nº 13. A administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger da volatilidade dessas taxas.

As taxas de juros contratadas na captação dos empréstimos refletem as condições de negociação de cada instituição financeira no momento da contratação, garantias oferecidas, risco Brasil, taxas Libor, entre outros.

#### **24.4 DERIVATIVOS E OPERAÇÕES DE HEDGE**

A Companhia não possui na data do balanço, derivativos contratados e operações de hedge.

### **26 COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)**

Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros estabelecida pela administração para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida da seguinte forma:

Ramos	Cobertura por evento	Controladora	Consolidado	Vigência Final
Risco Operacionais	Danos Materiais	36.000	83.300	26/06/2016
Responsabilidade Civil	Danos Corporais	-	16.000	21/03/2016
Diretores/Funcionários	Acidentes com DMHO	21.000	21.000	24/06/2016
Responsabilidade Civil	Danos Materiais	350	350	26/06/2016

Todas as apólices de seguros patrimoniais (edificações, veículos) foram renovadas, visando não expor os bens patrimoniais da Companhia a riscos.

## 27 ACORDO DE INCORPORAÇÃO

Conforme acordo de incorporação firmado entre as empresas Renar Maçãs S.A. e Pomifrai Fruticultura S.A. em 02 de dezembro de 2009 e divulgado nos termos da Instrução CVM nº 358/02 que trata da unificação das operações das empresas, as mesmas realizaram transações entre si com o objetivo de usufruir de ganhos financeiros e otimizar os ativos, valendo-se das melhores condições financeiras obtidas por cada uma delas junto às instituições financeiras e fornecedores. A incorporação foi concluída em 28 de setembro de 2010 e aprovado em AGE.

## 28 DADOS PARA A INCORPORAÇÃO

Os dados seguintes detalham a composição da contraprestação paga e do ágio em troca do controle da Pomifrai Fruticultura S.A., bem como a avaliação respaldada em laudo da empresa Apsis Consultoria e Avaliações (CNPJ 08.681.365/0001-30), o qual foi aprovado em AGE em 28 de setembro de 2010.

Em 30 de setembro de 2010 foram contabilizados na Controladora os seguintes valores

Descrição	Valor
D - Investimento Pomifrai Fruticultura S/A	22.192
D - Investimento por mais valia Ativos e Passivos Líquidos	26.394
C - Patrimônio Líquido (Investimento em controlada)	48.586

Com base na análise dos peritos da empresa Apsis Consultoria e Avaliações, concluíram que o valor do patrimônio líquido da Pomifrai Fruticultura S.A. a preços de mercado, calculado pela abordagem dos ativos na data de 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 48.586.

O valor justo das 30.000.000 de ações ordinárias emitidas como parte da contraprestação e transferidas em troca do controle da Pomifrai Fruticultura S.A. e sua controlada Pomifrai Alimentos Ltda. é de R\$ 1,62 (reais) por ação.

O valor dos ativos adquiridos exclui R\$79 de Ativo Circulante, R\$630 de ativo não circulante e R\$4.758 de ativo imobilizado, conforme consta no laudo de avaliação.

## **29 EVENTOS SUBSEQUENTES**

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 24 de fevereiro de 2016, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no valor de, no mínimo, R\$6.901.000,00 (seis milhões e novecentos e um mil reais) e, no máximo, R\$11.999.700,00 (onze milhões, novecentos e noventa e nove mil e setecentos reais), mediante emissão, para subscrição privada, de, no mínimo, 2.060.000 (dois milhões e sessenta mil) e, no máximo, 3.582.000 (três milhões quinhentos e oitenta e dois) novas ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$3,35 (três reais e trinta e cinco centavos) por ação, fixado nos termos do Art. 170, §1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Os recursos decorrentes do aumento de capital serão utilizados, prioritariamente, para reforço do capital de giro, melhorar o perfil de endividamento e em para pagamento de débitos com fornecedores e quitação de dívidas da Companhia.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2015, Ata 62ª, a Administração estabelece alteração da denominação social da Companhia para Pomifrutas S.A., com consequente criação, perante a BM&F BOVESPA, do código de negociação FRUT3. A alteração da denominação social encontra-se em registro na JUCESC.

## **30 REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES (em reais)**

O estatuto social estabelece que do resultado verificado no exercício, após as deduções previstas em lei e após a distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio, observadas as restrições legais, será destinado até 10% a título de participação dos administradores. Em ata de Assembleia Geral realizada em 30 de abril de 2015, foram fixados os valores das remunerações dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria da Companhia, da seguinte forma: remuneração global dos membros da diretoria no valor mensal total de até R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), dos membros do conselho de administração no valor individual de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais) e dos membros do conselho fiscal no valor individual de até R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) por mês, cabendo ao Conselho de Administração, nos termos do artigo 18, inciso XII, do Estatuto Social da Companhia, distribuir as remunerações individuais dos Administradores, dentro limite ora proposta.

## **31 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Compõem o conselho de administração:

Marcos Kassardjian – Diretor de Controladoria e RI

Luis Antonio Lopez Quintañs

Marcio Guedes Pereira Junior

Rogerio Pereira de Oliveira

Bruno Keesse Pinto

## **32 CONSELHO FISCAL**

Titular:

Marcio Almeida Andrade

Osmar Luiz Soligo

Nivaldo França

Suplente:  
Jean Pierre Marcon  
Evandro Luciano Tezori

### **33 CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA DE ADEÇÃO À CÂMARA DE ARBITRAGEM**

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante no Capítulo X - Do Juízo Arbitral, artigo 42 de seu estatuto social.

“Cláusula Compromissória” consiste na cláusula de arbitragem, mediante a qual a Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal e a BOVESPA obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das sociedades anônimas, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes deste regulamento de listagem, do regulamento de arbitragem e do contrato de participação no Novo Mercado da Bovespa.

A Companhia encontra-se em dois processos movidos junto a Câmaras de Arbitragem, conforme comunicações de fatos relevantes datados de 30 de outubro de 2015 e 18 de dezembro de 2015.

Arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado ('CAM'), na data de 30/10/2015

Conforme comentado na nota explicativa nº18 a Companhia pleiteia: (i) a invalidade de condição contratual contida no Acordo de Incorporação celebrado entre as partes em 02.12.2009, segundo a qual a Companhia estava obrigada a garantir, sob certas condições, cotação mínima para as ações entregues aos então acionistas da Pomifrai em virtude da operação de incorporação de ações, bem como (ii) a restituição à Companhia dos valores pagos a tais acionistas em virtude de referida garantia de preço mínimo das ações.

Arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado ('CAM'), na data de 18/12/2015

A Companhia pleiteia: (i) o reconhecimento da eficácia da reconsideração, deliberada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11/12/2015, (i.a) da aprovação das contas da antiga administração da Pomifrutas relativamente aos exercícios de 2013 e 2014, assim como (i.b) da quitação outorgada aos administradores em tais exercícios (ou, sucessivamente, a anulação de tais aprovações de contas e outorgas de quitação); (ii) a declaração da invalidade da aprovação pelo conselho de administração da Companhia das contas da antiga administração da Pomifrutas relativamente aos primeiros trimestres de 2015, assim como de quitação outorgada pelo referido conselho a membros da antiga administração; (iii) a declaração da invalidade de contratos de prestação de serviço de consultoria financeira celebrados pela Pomifrutas com as sociedades RB, Private e Valor, com a condenação de tais sociedades, em solidariedade com os demais Requeridos, a indenizarem a Pomifrutas pelas perdas e danos sofridos em decorrência dos mencionados contratos; e (iv) a condenação dos antigos controladores e membros da administração da Companhia, respectivamente, por abuso de poder de controle e desrespeito a deveres fiduciários, com a sua condenação a indenizar a Pomifrutas pelas perdas e danos sofridos em razão dos atos irregulares praticados.

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Aos 28 dias do mês de março de 2016, às 9 horas, na Rodovia SC 355, km 28, Bairro Fischer, sala 1 (antiga Rodovia SC 453), na Cidade de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os membros titulares do Conselho Fiscal da Companhia, adiante assinados e deliberam o que se segue: 1) Manifestar-se favoravelmente à retificação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2014; 2) Com base nos exames realizados e considerando ainda o Relatório dos Auditores Independentes (Verdus Auditores Independentes), datado de 24/03/2016, o Conselho Fiscal concluiu que as demonstrações refletem corretamente as situações contábil e financeira da Companhia no exercício social findo em 31/12/2015; 3) Os membros do Conselho Fiscal recomendam que os documentos referentes ao exercício findo em 31/12/2015 e à retificação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2014 sejam submetidos à apreciação do Conselho de Administração de acordo com as disposições estatutárias da Companhia, e sejam apresentadas aos Senhores Acionistas. A respectiva ata do Conselho Fiscal encontra-se à disposição dos acionistas no site da Companhia.

Marcos Kassardjian

Diretor de Controladoria e RI

Hélio Oliveira de Azevedo

Diretor